

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6086 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 13 - Educação de Jovens e Adultos

EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS E A CIDADANIA: A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SÍNTESE

Rodimar Garbin - SECRETARIA MUNICIPAL/ESTADUAL DE EDUCAÇÃO Adriana Regina Sanceverino - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

## EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS E A CIDADANIA: A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SÍNTESE

**PALAVRAS-CHAVE**: Cidadania. Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. Direito.

O presente trabalho constitui pesquisa de Mestrado Profissional em Educação, em andamento, na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus/Erechim. Busca compreender a importância da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EJA) para a vida cidadã desses(as) sujeitos(as). Versa sobre a necessidade da EJA para o desenvolvimento da cidadania. Estudar educação para a cidadania na modalidade da EJA, consiste na busca do entendimento da importância da educação para constituição da cidadania para as Pessoas Jovens, Adultas e Idosas por terem vivido as ausências cidadãs de diferentes ordens, desde as dificuldades que as pessoas possuem de expressar suas ideias em certos lugares, a submissão em condições de trabalho com menor dignidade, a falta de conhecimentos adequados para reivindicar os seus direitos.

Em termos teóricos, para situar as categorias cidadania e EJA e fazer frente ao desafio de estabelecer as conexões necessárias para entender suas indissociabilidades entre ambas são mobilizados dois autores, são eles: Marshall (1967, p.81), sendo que Carvalho (2018, p.17) é quem possibilita estabelecer uma compreensão mais clara oferecendo os nexos necessários entre ambos para o entendimento da conexão existente entre cidadania e o seu alcance na EJA. Afirmando e corroborando com Marshall (1976), Carvalho (2018, p.17), chama a atenção da importância de um direito social — a educação, na construção dos direitos civis, dentre eles a liberdade de expressão, destacando o papel da educação social (MARSHALL, 1976, p.81) e educação popular (CARVALHO, 2018, p.17) para a construção dos direitos políticos.

As ligações teóricas que fazem o movimento da EJA em direção ao seu encontro com a cidadania, que sustentam essa investigação, estão ancoradas em obras, categorias, conceitos e temáticas, em suas abordagens nos(as) autores(as) como Libâneo (2008,2012) para compreensão acerca da importância do conhecimento para a construção da justiça social, por meio de uma educação libertadora e emancipatória, em que a educação para participação

social, a diversidade cultural e os direitos humanos possibilita que o fazer educacional seja um lugar de organização e síntese do conhecimento e de experiências de gestão democrática. Já Brandão (2006) nos leva a refletir sobre a democracia restrita em sociedades em que a democracia é burguesa. E Haddad e Di Pierro (2000) nos aproxima do debate acerca da participação política, menciona a Constituição Cidadã de 1988 como um sinal de avanço na garantia do direito universal a educação, sendo um marco importante para o direito a educação aos sujeitos da EJA.

Além desse aspecto Haddad (2012, 2018) nos leva a uma importante discussão sobre o exercício e defesa dos direitos, os quais compreendem algumas dimensões fundamentais para a EJA, como o direito ao trabalho. O autor considera que a educação é um direito síntese, pois ela possui a capacidade de articular o exercício dos demais direitos de cidadania, por meio de processos reivindicatórios para combater, principalmente, a exclusão e a concentração de renda.

Algumas obras de Freire (1987, 1997, 2002) respectivamente *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança e Pedagogia da Autonomia* foram fundamentais para a reflexão sobre nosso objeto de estudo, entre elas, a reflexão sobre *o saber de experiência feita*, fundamental na EJA e na sua formulação sobre a educação, ao dizer que a educação não transforma o mundo, ela muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo, nesta direção aponta que uma educação que exercita a participação livre e crítica é libertadora (FREIRE, 1987, p.84).

Em Arroyo (2011, 2017) encontramos importante aliado ao debate sobre a EJA, entre as suas obras, destacamos: Currículo território em disputa e Passageiros da Noite: do Trabalho para a EJA — Itinerários pelo direito a uma vida justa. Nessas obras nos aproximamos de questões fundamentais no campo da EJA como o trabalho como princípio educativo e a ideia que a exclusão social gera uma cidadania condicionada. Além disso o autor problematiza questões essenciais para a análise de nosso objeto de estudo como a dimensão da dignidade humana, da justiça social, da subcidadania e do direito ao trabalho que tanto afeta os sujeitos que tiveram seus processos educacionais acidentados e que se encontram como sujeitos da EJA.

A pesquisa é de abordagem quali-quantitativa do tipo descritiva e exploratória (GIL, 2002), tem como *locus* de investigação o Centro de Educação de Jovens e Adultos Campos Novos - CEJA, situado no município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina tendo como entidade mantenedora a Secretaria de Estado da Educação – SED/SC. Os instrumentos e coleta dos dados constituem entrevistas semi-estruturadas (TRIVIÑOS, 1987). Os(As) sujeitos(as) da investigação são dez (10) estudantes da EJA, de diferentes níveis e/ou fases. A escolha dos(as) estudantes obedece aos seguintes critérios: 1°) maior tempo como estudante de EJA; 2°) maior tempo permanecido fora do processo formal de Educação; 3°) maior idade. Para a técnica de análise dos dados utilizar-se-á análise do conteúdo (BARDIN, 2011).

O horizonte metodológico articulado ao problema de pesquisa, a revisão da literatura, a fundamentação teórica e a pesquisa de campo buscam responder ao objeto de estudo, a partir das seguintes perguntas: Qual é a função da EJA como articuladora na construção, garantia, manutenção, recuperação e desenvolvimento da cidadania? Desta indagação suscitam outras perguntas, são elas: Teria a EJA um duplo papel na construção da cidadania? Isto é, recuperar a cidadania por meio do acesso à educação escolar e construir os nexos com outras dimensões cidadãs no sentido da emancipação humana? Guiado por Haddad (2012, p.218) é feito a indagação do objeto de pesquisa, demonstrando as bases teóricas que ampara a análise. Conforme Haddad (2012, p.218), [...] a educação escolar é base constitutiva na formação das pessoas [...] auxilia na defesa e na promoção de outros direitos. Por isso,

A pesquisa tem como objetivo geral: Identificar a materialidade do exercício da cidadania construído a partir da formação da EJA. Para atingir a esse propósito, a trajetória dessa investigação constitui os seguintes objetivos específicos: a) problematizar o uso do termo cidadania no campo educacional; b) entender como o reingresso a educação escolar possibilita a ampliação da vida cidadã dos(as) estudantes da EJA; c) identificar como a EJA pode fortalecer nos(as) estudantes o desenvolvimento da cidadania; d) apresentar uma proposta de intervenção visando contribuir com ações voltadas ao desenvolvimento do acesso à educação no contexto da EJA.

A cidadania e a educação cidadã na EJA, aqui colocada, é de longa data uma presença no meio educacional, dada a recorrência deste tema nos ambientes sociais e, com muita ênfase, nos assuntos nos meios escolares. Quando se busca entender o que está sendo dito, nessas recorrências, ou o que se pretende entender por cidadania e/ou educação para a cidadania, na EJA, falta-nos compreensões estruturadas, proporcionalmente, equivalente a recorrência da categoria.

Pensando à docência, percebe-se que o conceito/categoria e a compreensão acerca da ideia de cidadania, como ela se constitui no ensino encontra-se nos diferentes componentes curriculares junto aos planos de ensino. Ao tratar do assunto e interrogar se, então: Seria a cidadania, na escola, o conteúdo que se ensina por meio do currículo? Ou são as práticas vividas que perpassam pelo modo de ser da escola e, portanto, impulsionam e potencializam a condição cidadã, que podem estar no modo de operar da gestão escolar, em projetos educativos, em conteúdos curriculares? Ou mesmo, haveria outras formas que nos escapam das questões aqui colocadas sem que sejamos capazes de captar, claramente?

Outras coisas também relacionadas ao assunto, e ditas geralmente fora da escola, em relação a ela, movimentam o cerco ao objeto, são eles: os(as) filhos(as) das classes populares ouvem, de seus familiares e de pessoas de seu convívio social, com muita frequência, de que devem estudar para não sofrerem, pela falta de estudos como eles(as) sofrem; as pessoas das classes populares quando falam em concluir os estudos ou voltar a escola para concluí-los possuem, em comum, uma regularidade na expressão, qual seja, a de concluir o ensino médio que, para esses(as) sujeitos(as) seria igual a concluir os estudos.

Além disso, os estudantes da EJA quando se reportam a sua história de vida e anunciam situações de sofrimento relacionam isso a falta do acesso à educação escolar. "Em outras palavras, procurar ouvir o lugar desses processos e sua articulação na dinâmica dessas vidas" (JOSSO, 2004, p.38) é um aspecto que acompanha o horizonte metodológico dessa investigação, tendo as histórias de vida uma centralidade da nossa busca em estabelecer a compreensão sobre o nosso objeto de estudo.

Os resultados parciais indicam que a ênfase dada por Marshall (1976) e Carvalho (2018) quanto ao papel do direito a educação na construção da cidadania, permitem afirmar que na literatura clássica sobre cidadania a educação ocupa centralidade e ao relacionar com os(as) autores(as) de renome na EJA identifica-se que estes dão relevo a ao papel da educação para o exercício da cidadania e que as relações entre a teoria clássica de cidadania e EJA é um campo ainda pouco construído, que portanto, indica ser um campo fértil de novas pesquisas a respeito e que deverá ser explorado devidamente nessa pesquisa, no momento da aplicação e análise das entrevistas.

## **REFERÊNCIAS:**

ARROYO, Miguel G. Currículo território em disputa. 2ª edição, Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da Noite**: do Trabalho para a EJA – Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Editora brasiliense, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 24ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro/RJ, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 25ª edição, Paz e Terra, São Paulo/SP, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Sérgio. **Direito à Educação**. In: (org.) CALDART, Roseli Salete, PERREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro e Expressão Popular, São Paulo, 2012.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, N°14.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Cortez Editora, São Paulo/SP, Impresso no Brasil abril de 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5ª edição revisada e ampliada, Goiânia, MF livros, 2008.

MARSHALL, Tomas. H. Cidadania, classe social e status. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1967.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.